


EDITORIAL: O RISO SOB CERCO – HUMOR, PODER E BARBÁRIE NO TEMPO PRESENTE


EDITORIAL: LAUGHTER UNDER SIEGE – HUMOR, POWER, AND BARBARISM IN THE PRESENT AGE

Aguinaldo Rodrigues Gomes¹

 <https://orcid.org/0000-0002-2398-8088>

 <http://lattes.cnpq.br/3408519048864585>

Miguel Rodrigues de Sousa Neto²

 <https://orcid.org/0000-0001-9672-3315>

 <http://lattes.cnpq.br/1581653418017053>

 <https://doi.org/10.46401/arec.2025.v17.25455>

Há algo de profundamente inquietante – e ao mesmo tempo revelador – no título que orienta este dossiê: **“O fim do humor? O riso sob ameaça ao longo da história”**. A interrogação não é retórica. Ela se impõe como sintoma de uma época em que o riso parece tensionado até o limite, comprimido entre a violência extrema e a urgência ética de não silenciar diante dela.

Esta edição da **Albuquerque: revista de Estudos Culturais** nos convida a habitar esse espaço incômodo. Ao reunir textos como “O humor na guerra colonial”, “Poder, violência e humor”, “Humor satírico no cordel ‘O Testamento de Getúlio’”, “Do riso à argumentação”, “O paradoxo do humorista fora do lugar”, “Desenhar o final do império colonial”, “O papel do narrador-observador no humor gráfico de Quino”, “O comediante invisível”, “Entre a sátira e o conflito”, “Imagem, humor e poder racial na América Latina” e “Comédias desastrosas”, o dossiê não apenas mapeia formas de humor – ele interroga seus limites, suas ambivalências e, sobretudo, sua potência política.

Vivemos um tempo em que imagens de guerra, destruição e morte circulam com intensidade brutal. O genocídio em Gaza, os conflitos geopolíticos atravessados pelo petróleo no Oriente Médio, as disputas por hegemonia global – tudo isso compõe um cenário em que a experiência do absurdo não é mais exceção, mas regra. Diante disso, o riso não desaparece. Ele se transforma.

A tradição filosófica já nos alertava: o humor nasce da incongruência. Quando o mundo

1 Docente do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: aguinaldorod@gmail.com

2 Docente do Curso de Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, ambos do Campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: miguelrodrigues.snetto@gmail.com

deixa de fazer sentido, o riso emerge como resposta à fratura entre expectativa e realidade. Immanuel Kant afirmou: “Em tudo que é para provocar uma vívida e convulsiva risada tem de haver alguma coisa absurda [...]. O riso é uma afeição decorrente da transformação repentina de uma expectativa tensionada em nada” (como citado em Morreall, 2009 *apud* Tabacaru, 2015). Mas o que acontece quando a própria realidade se torna grotesca? Quando o absurdo não é mais ruptura, mas condição permanente?

Nesse ponto, o humor deixa de ser apenas alívio e passa a operar como diagnóstico. Ele revela o colapso da racionalidade, expõe a violência naturalizada e desarma — ainda que momentaneamente — o peso do horror. Como sugeria Henri Bergson (1983), o riso pode funcionar como mecanismo de correção social; aqui, ele atua também como forma de resistência simbólica.

O cinema oferece exemplos paradigmáticos dessa potência. **O Grande Ditador**, de Charles Chaplin (1940), permanece como um dos gestos mais radicais de enfrentamento ao totalitarismo. Ao ridicularizar Adolf Hitler no auge de sua força, Chaplin rompeu com o silêncio reverente que sustenta regimes autoritários. O riso, nesse caso, não foi fuga, fez-se ataque.

Décadas depois, **A Vida é Bela**, de Roberto Benigni (1997), radicaliza essa tensão ao situar o humor no interior do horror absoluto do Holocausto. A estratégia de Guido, ao transformar o campo de concentração em um “jogo” para proteger o filho, não nega a violência, mas a reinscreve em outro registro, preservando a possibilidade de humanidade. Trata-se de uma recusa: não do fato histórico, mas da vitória simbólica da barbárie. Essa recusa é central para compreender o papel do humor em tempos de crise. O riso pode funcionar como escudo, como linguagem de sobrevivência, como gesto ético. Ele não elimina a dor, mas impede que ela se converta em totalidade.

O humor também é campo de disputa. Ele pode reforçar hierarquias, naturalizar violências, operar como instrumento de dominação. É por isso que este dossiê insiste em sua ambivalência: o humor não é, por si só, emancipador. Ele depende de sua direção, de seu alvo, de seu contexto.

Nesse sentido, as análises contemporâneas do humor político são particularmente reveladoras. Em charges que circulam globalmente, figuras de poder são submetidas ao ridículo — um gesto aparentemente simples, mas profundamente subversivo. O riso desmonumentaliza. Ele retira das lideranças autoritárias a aura de invencibilidade que sustenta seu poder simbólico.

Um exemplo dessa função do riso é a charge publicada no X por Ali Khamenei, em janeiro de 2026, que representa Donald Trump como um sarcófago egípcio em ruínas, e insere-se em um contexto de intensa tensão geopolítica entre Irã e Estados Unidos/Israel. Ao associar Trump à figura de tiranos históricos, como o Faraó, a imagem mobiliza o humor político como estratégia de rebaixamento simbólico, sugerindo a inevitabilidade da queda de lideranças marcadas pela arrogância e pelo autoritarismo. A estética da ruína — com o sarcófago rachando e se desfazendo — reforça a ideia de decadência do poder, enquanto a circulação da charge em redes como o próprio X e Instagram amplia seu impacto global, transformando o riso em instrumento de disputa narrativa e crítica política em escala internacional. Quando

uma figura como Donald Trump é representada como um “grande ditador” encerrado em um sarcófago em ruínas, o que está em jogo não é apenas a crítica individual, mas a desmontagem de uma narrativa de poder. A imagem sugere que aquilo que se apresenta como eterno já está em decomposição. O humor, aqui, opera como arqueologia do presente: revela o futuro como ruína.

Figura 1 – charge publicada no X por Ali Khamenei



Essa dimensão é particularmente relevante em um contexto em que acusações de crimes de guerra, agressões internacionais e ataques ao Estado de direito atravessam o debate público. O humor não substitui a justiça, mas participa da disputa simbólica que a antecede. Ele cria fissuras na narrativa dominante, abre espaço para o dissenso, mobiliza afetos.

Outro exemplo dessa questão é a charge publicada pelo perfil jc_pe (@jc_pe), no Instagram, e assinada pelo chargista Thiago Lucas, insere-se no contexto das tensões geopolíticas contemporâneas ao representar Donald Trump como uma versão caricata do Superman, sentado e aparentemente entretido em um cenário de destruição que remete a um “brincar de guerra”.

Figura 2 – Charge de Thiago Lucas, publicada na página Instagram do perfil jc_pe (@jc_pe), há 39 semanas



A imagem mobiliza o contraste entre o imaginário heroico – associado à figura do super-herói – e a leveza infantil de quem trata conflitos globais como jogo, sugerindo uma crítica à condução política baseada no espetáculo, no personalismo e na banalização da violência. Ao transformar a guerra em brinquedo, a charge denuncia, por meio do humor, a irresponsabilidade e o distanciamento das consequências reais das decisões políticas, reforçando o papel da sátira como ferramenta de questionamento e deslegitimação simbólica do poder.

Assim a charge utiliza o humor como estratégia de desestabilização simbólica da figura de Donald Trump ao representá-lo como uma espécie de “super-herói decadente”. Vestido como o Superman, ele aparece sentado de forma abatida, curvado, segurando um globo terrestre como se fosse um objeto frágil – ou até um brinquedo – enquanto o cenário ao seu redor sugere caos, destruição e negligência. Essa inversão é central para o efeito humorístico: o herói tradicionalmente associado à força, à salvação e ao controle absoluto surge impotente, cansado e incapaz de impedir o colapso que acontece literalmente aos seus pés.

O riso, aqui, opera como crítica política. Ao invés de confrontar diretamente o poder com argumentos formais, a charge o esvazia por meio do ridículo. Trump não é retratado como uma ameaça grandiosa, mas como uma figura quase patética, deslocada de sua própria encenação de poder. O contraste entre o símbolo (Superman) e a atitude (passividade, descuido) produz um efeito de ironia que expõe a distância entre a imagem construída – de líder forte, decisivo

— e a percepção crítica do artista — de um governante incapaz de lidar com crises globais.

Além disso, o humor visual reforça a crítica ao personalismo político. Ao colocar o mundo nas mãos de Trump, mas mostrar essas mãos inertes, a charge sugere que o destino global não pode ser reduzido à figura de um “salvador”. O riso, portanto, não é apenas zombaria: ele funciona como ferramenta de deslegitimação, desmontando o imaginário heroico e revelando suas contradições. Nesse sentido, a charge exemplifica como o humor político pode transformar figuras de autoridade em objetos de escárnio, enfraquecendo simbolicamente seu poder.

Não por acaso, regimes autoritários frequentemente temem o riso. O medo não está no conteúdo explícito, mas na sua capacidade de circular, de contaminar, de produzir identificação. O humor é, nesse sentido, uma linguagem viral — e, como tal, difícil de controlar.

Ao mesmo tempo, o dossiê nos lembra que o humor não se limita ao campo político institucional. Ele atravessa práticas culturais diversas: o cordel, o cinema, a arte gráfica, a literatura, a cultura popular. No cordel de Cuíca de Santo Amaro, por exemplo, a sátira opera como forma de comentário histórico; em Quino, o humor gráfico se torna espaço de observação crítica do cotidiano; nas análises sobre poder racial na América Latina, o riso revela e tensiona estruturas de dominação.

Essas múltiplas formas apontam para uma questão central: o humor é uma prática cultural situada. Ele emerge de contextos específicos, dialoga com repertórios locais, mobiliza memórias coletivas. Pensá-lo exige, portanto, uma abordagem que articule estética, política e história.

É nesse mesmo horizonte que os demais textos desta edição se inscrevem. O artigo “Rojo Amanecer” reabre o debate sobre memória e violência na América Latina; o estudo sobre “Plantas Alimentícias Não Convencionais no Recôncavo da Bahia” desloca o olhar para práticas de resistência no campo da alimentação e da cultura; as resenhas de “A dívida impagável”, “Fascismo e imaginário literário” e “Jornal Sem Terra” ampliam o campo de reflexão, conectando humor, economia, política e produção cultural.

O conjunto evidencia que, longe de desaparecer, o humor se reconfigura. Ele se desloca, se reinventa, se intensifica. Em tempos de guerra — literal ou simbólica —, o riso não é um luxo: é uma necessidade. Mas uma necessidade que exige responsabilidade crítica.

Talvez a pergunta que deva orientar nossa leitura não seja se estamos diante do fim do humor, mas que tipo de humor está em jogo. Quem ri? De quê? Contra quem? Em que condições?

Responder a essas perguntas é fundamental para compreender o papel do riso no mundo contemporâneo. Porque, no limite, o humor é também uma forma de imaginar o possível. E, em tempos sombrios, imaginar já é um gesto de resistência.

Se o riso pode ser macabro — como a hiena que ri quando ronda sua presa —, ele também pode ser insubmisso. Pode recusar o silêncio, desafiar o medo, expor o absurdo. Pode, enfim, lembrar-nos de que, mesmo diante da barbárie, a humanidade ainda insiste em não desaparecer.

É essa insistência que este dossiê celebra – e problematiza.

Boa leitura.

Referências

BERGSON, Henri. **O riso**: ensaio sobre a significação do cômico. Rio de Janeiro: Zahar Ed, 1983.
Morreall, John. **Comic relief**: a comprehensive philosophy of humor. Malden, MA: Wiley-Blackwell, 2009.

TABACARU, Sabina. Uma visão geral das Teorias do Humor: aplicação da Incongruência e da Superioridade ao sarcasmo. Trad. Douglas Rabelo de Sousa, Maria Gabriela Rodrigues de Castro, Winola Weiss Pires Cunha, Filipe Mantovani Ferreira. **EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 9, p. 115-136, dez. 2015.